

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 18/2013

Período: 01/06/2012 – 07/06/2012

GEDES – Brasil

- 1- Imóveis sob gestão do Ministério da Defesa são ocupados irregularmente
- 2- Colunas opinativas analisam a Comissão Nacional da Verdade
- 3- Operação Ágata 7 expõe problemas nas fronteiras
- 4- Indenizações por mortes e torturas excluem militantes sem vínculo partidário
- 5- Cantor torturado afirmou que mereceu punição
- 6- Comissão Nacional da Verdade contesta suicídio de militante
- 7- Comissão da Memória e Verdade da UnB ouviu ex-professores
- 8- Jornalista acredita em decisão mais “técnica” em relação aos caças do programa FX-2
- 9- Ex-ministro Delfim Netto irá depor na Comissão Municipal da Verdade de São Paulo
- 10- Edifícios usados durante o regime militar em Minas Gerais podem ser tombados

1- Imóveis sob gestão do Ministério da Defesa são ocupados irregularmente

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, pelo menos 80 prédios residenciais em Brasília, distrito federal, cobram da União taxas de condomínio não pagas por servidores públicos que ocupam irregularmente imóveis funcionais. Segundo o jornal, a Advocacia-Geral da União (AGU) move 285 ações judiciais contra servidores públicos nesses apartamentos. É o caso do tenente-coronel reformado do Exército Iratan da Silva Rodrigues, que tinha posse de um dos seis imóveis sob gestão do Ministério da Defesa, o qual foi ocupado por militares reformados. Por 15 anos a AGU lutou na justiça para que o ex-tenente-coronel entregasse o apartamento. Rodrigues, que vendeu o apartamento através de contrato de gaveta ao corretor de imóveis Alexandre Porto Magno, acionou judicialmente Magno para desfazer o negócio. Ao invés de ser devolvido, o apartamento foi ocupado pela filha e o genro de Rodrigues, que reivindicou o direito de comprar o imóvel. No final o mês de maio, conforme ordem da Justiça Federal, o apartamento foi desocupado. A administração do bloco do apartamento do militar reformado cobra da União taxas de condomínio que não foram pagas durante os últimos 10 anos. O jornal apontou ainda o caso da enfermeira aposentada do Hospital das Forças Armadas, Mara Tonheca, também moradora de uma unidade funcional, que não paga condomínio há mais de dez anos. O prédio cobra da União a regularização da dívida, enquanto a enfermeira alega na Justiça o direito de compra. (*Correio Braziliense* – 02/06/13)

2- Colunas opinativas analisam a Comissão Nacional da Verdade

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Carlos Heitor Cony ressaltou que o principal motivo para a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é a lição e o exemplo histórico contra a instalação e permanência de um regime autoritário no país. Cony lembrou que a razão final

para as investigações seria a condenação de movimentos que atentaram contra os direitos humanos e criticou o trabalho da CNV pela “horizontalidade das culpas” na questão da anistia. Ao afirmar a importância de exibir historicamente a verticalidade dos crimes, o jornalista apontou que a própria sociedade não é inocente, pois não se manifestou adequadamente desde o começo, contra o primeiro Ato Institucional do regime militar (1964-1985). Segundo Cony, “há um esquecimento generalizado do apoio que a sociedade deu ao golpe de Estado de 64”. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, Denis Rosenfield, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou que a CNV equivoca-se ao reconstituir parcialmente os fatos, ignorando a “violência cometida pelos militantes da luta armada que tencionavam estabelecer no País uma ditadura comunista/socialista”. Além da abrangência das investigações, Rosenfield destacou que a CNV tem erroneamente desviado seu foco para o questionamento sobre a validade da Lei da Anistia (1979), apesar de sua recente revalidação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para o filósofo, a criação da Lei foi “fruto de um amplo esforço de pacificação nacional, envolvendo os partidários do regime e a oposição” e alguns membros da CNV estão procurando “criar condições perante a opinião pública para que o STF se sinta pressionado e volte atrás” em sua decisão. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/06/13; O Estado de S. Paulo – Opinião - 03/06/13)

3- Operação Ágata 7 expõe problemas nas fronteiras

O jornal *Folha de S. Paulo* acompanhou a Operação Ágata 7, que conta com cerca de 25 mil militares para patrulhar as fronteiras do Brasil. De acordo com o jornal, os soldados, que patrulham a pé cerca de 25 quilômetros de selva por dia, recebem uma ração comercial contendo pé de moleque, bolacha, macarrão instantâneo, farofa e sardinhas, além de, ocasionalmente, larvas. Os soldados enfrentam, ainda, doenças comuns de algumas regiões, como malária, dengue e leishmaniose. Apesar das condições, o posto na fronteira é cobiçado pelos militares por oferecer um adicional de 20% para compensar o custo de vida elevado em região remota. O jornal apontou dificuldades para o patrulhamento das fronteiras. O tenente André Lima Costa destacou a dificuldade de patrulhar os rios e afirmou que “é uma utopia a vigilância de 100% da fronteira”. Desde 2010, as Forças Armadas tem o poder de policiar e executar prisões em flagrante dentro do limite de 150 quilômetros a partir da fronteira. Segundo o antropólogo Fernando Rabossi, a adoção de uma visão integral da faixa da fronteira foi uma mudança significativa no âmbito governamental e o Plano Estratégico de Fronteiras deu ênfase aos delitos transfronteiriços, elevando a importância da questão na agenda política. Rabossi alertou para o perigo de pensar controle fronteiriço apenas como questão de contenção, pois em sua opinião ignorar o caráter singular dos limites internacionais torna a faixa de fronteira uma “periferia” do Brasil. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/06/13)

4- Indenizações por mortes e torturas excluem militantes sem vínculo partidário

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o estudo “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição”, coordenado pelo ex-presos

político e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Gilney Viana, mostra que a política de indenizações por mortes e torturas cometidas durante o regime militar (1964-1985) exclui participantes de resistência sem vínculos partidários. Segundo o estudo, a Comissão de Mortos e Desaparecidos deferiu apenas pedidos de indenização de famílias que provaram “militância político-partidária” do parente, excluindo 602 camponeses. Dentre os pedidos de anistia julgados, apenas 5% são da área rural, onde há menos militância partidária. Segundo Viana, “boa parte dos camponeses excluídos das indenizações foi vítima da repressão ‘terceirizada’”. Viana afirmou ainda que o regime militar delegou poderes para milícias privadas e polícias, colocando-os para realizar funções de agentes do Centro de Inteligência do Exército (CIE). O jornal apontou o caso de Chico Mendes e Raimundo Ferreira Lima, ambos sindicalistas, como exemplo de discrepância. A Comissão de Anistia concedeu benefício para a família de Chico Mendes, filiado ao PT, enquanto o caso de Lima está parado há mais de oito anos. Segundo o jornal, apesar de representantes das Comissões de Mortos e Desaparecidos e de Anistia alegarem que a política de reparação prioriza vítimas de agentes das Forças Armadas, não há registro de envolvimento de militares na morte de Chico Mendes. O jornal ressaltou que não foram apresentados no relatório parcial da Comissão Nacional da Verdade resultados do grupo de trabalho que investiga violência no campo. (O Estado de S. Paulo – Política – 02/06/13)

5- Cantor torturado afirmou que mereceu punição

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o cantor Amado Batista declarou em entrevista à jornalista Marília Gabriela que mereceu ser torturado pelo regime militar (1964-1985) e que compreendia o tratamento que lhe foi dispensado, conforme reportado no Informe Brasil 17/2013. O psicanalista Sérgio Telles ofereceu uma hipótese interpretativa à declaração, enquadrando-a na “Síndrome de Estocolmo”, mecanismo psicológico de defesa cujo nome remete ao caso de vítimas que defenderam seus sequestradores na cidade de Estocolmo. Telles explicou que em uma situação de tortura, a vítima se sente desamparada, tendo como senhor absoluto e dono da sua vida e sua morte o torturador. Essa experiência traumática pode fazer com que haja, por parte da vítima, certa “identificação com o agressor”. O psicanalista ressaltou que sua interpretação é apenas uma hipótese e que a declaração de Batista merece respeito e não deve ser censurada. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 02/06/13)

6- Comissão Nacional da Verdade contesta suicídio de militante

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Luis Eurico Tejera Lisboa, teve o laudo de sua morte alterado pelo governo durante o período do regime militar (1964-1985). Lisboa nasceu no estado de Santa Catarina e foi líder da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas. O militante foi processado pela Lei de Segurança Nacional, perseguido enquanto era parte da ALN e desapareceu aos 24 anos, em setembro de 1972. Sete anos depois, seu corpo foi encontrado enterrado no cemitério de Perus, na cidade de São Paulo, com o nome falso de Nelson Bueno. Peritos criminais da Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelaram inconsistências nos exames que, na época, apontavam para o suicídio. O

Correio salientou ainda que um inquérito policial foi feito, alegando que o militante havia atirado contra a própria cabeça; porém, a avaliação da CNV afirmou que Tejera foi assassinado e que a foto que mostra a cena de sua morte foi montada. A análise desse caso faz parte de uma lista de 44 pessoas que terão os laudos, que também atestam suicídio, reavaliados por especialistas do Grupo de Trabalho Graves Violações de Direitos Humanos. Destes 44, 18 têm fotos que também devem passar por perícias com novas tecnologias. De acordo com a CNV, os mesmos peritos devem elaborar um novo laudo sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek que, segundo o laudo atual, teria morrido em 1976 por consequências de um acidente de carro. O *Correio* informou que o caso do ex-presidente foi levado para a CNV pela Ordem dos Advogados de Minas Gerais. Ainda foi destacado que a CNV publicou, no dia 03/06/13, o vídeo do depoimento dado pelo vereador da cidade de São Paulo, Gilberto Natalini, no dia 10/05/13, quando acusou o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra de tê-lo torturado. O coronel se defendeu dizendo ser um “combatente de terroristas”. (*Correio Braziliense* – 04/06/13)

7- Comissão da Memória e Verdade da UnB ouviu ex-professores

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão da Memória e Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília (UnB) recebeu o depoimento dos ex-professores Luiz Fernando Victor e José Carlos Coutinho. As testemunhas ouvidas pela Comissão, que lecionaram na UnB durante o regime militar (1964-1985), lembraram o processo de demissão em massa dos professores, que esvaziou o campus Darcy Ribeiro, em resposta ao desligamento dos docentes Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas. Victor e Coutinho relataram como eram fiscalizados ideológica e comportamentalmente até mesmo durante as aulas. Ademais, Victor afirmou que, entre 1964 e 1984, a UnB teve reitores com patentes das Forças Armadas, ocasionando um rompimento com o projeto inicial de ensino elaborado pelos docentes. (*Correio Braziliense - Cidades* – 05/06/2013)

8- Jornalista acredita em decisão mais “técnica” em relação aos caças do programa FX-2

Segundo coluna opinativa da jornalista Eliane Cantanhêde publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, a decisão de escolha dos novos aviões de caça da Força Aérea Brasileira (FAB) – o chamado programa FX-2 – está próxima de ser tomada. De acordo com Cantanhêde, há intensa movimentação no governo federal em relação ao assunto. O fato da saída definitiva de operação dos antigos caças Mirage, somado ao fato de que o prazo que o governo pediu às empresas para tomar uma decisão expira no dia 30/09/13, são fatores que pressionam para maior rapidez no anúncio da compra das aeronaves. A jornalista declarou, no entanto, que o ambiente político atual é diferente em relação ao governo do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, antecessor da presidenta da República, Dilma Rousseff, em que o peso político, que tendia para a escolha dos caças Rafale franceses, superava a análise do relatório técnico da FAB, que apontava para a aeronave sueca Gripen NG. A presidenta Rousseff, segundo Cantanhêde, tem preferência para

a opção mais técnica e menos política em relação aos caças e estaria inclinada a optar pela aeronave F-18 estadunidense. De acordo com a jornalista, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que anteriormente preferia o avião sueco, assinou recentemente um contrato para a venda de aeronaves à Força Aérea dos Estados Unidos (Usaf). Cantanhêde evidenciou que Rousseff irá realizar uma visita oficial aos Estados Unidos no dia 23/10/13, dia próximo ao de vencimento do prazo determinado pelo governo para tomar a decisão, e Dia do Aviador, podendo ser uma “coincidência”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 06/06/13)

9- Ex-ministro Delfim Netto irá depor na Comissão Municipal da Verdade de São Paulo

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o economista e ex-ministro Antonio Delfim Netto prestará depoimento na Comissão Municipal da Verdade de São Paulo no dia 25/06/13. Segundo *O Estado*, Delfim Netto, a convite do presidente do colegiado, vereador Gilberto Natalini, irá depor sobre a participação de empresários paulistas no financiamento de órgãos de repressão durante o regime militar (1964-1985). Delfim Netto foi ministro da Fazenda (1967-1974), da Agricultura (1979) e do Planejamento (1979-1985) e era um dos membros mais influentes do regime à época da Operação Bandeirantes, uma organização que depois se tornou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), cujo financiamento envolveu a iniciativa de empresários paulistas. De acordo com Natalini, "na comissão municipal, nós queremos esclarecer qual foi o papel desses empresários, com os quais o Delfim muito provavelmente mantinha contatos". (Folha de S. Paulo – Poder – 06/06/13; *O Estado de S. Paulo* – Política – 06/06/13)

10- Edifícios usados durante o regime militar em Minas Gerais podem ser tombados

Conforme publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal do estado de Minas Gerais, parlamentares e movimentos sociais ligados a questões de abusos cometidos no regime militar (1964-1985), apresentaram ao governo do estado de Minas Gerais uma solicitação de tombamento para preservação, além da transformação em centros de memória, de edifícios utilizados pelos serviços de repressão do Estado durante o regime militar, como forma de “reparação simbólica”. Segundo o jornal, entre as construções solicitadas estão o Colégio Militar do Exército, quatro presídios e o prédio onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops), na cidade de Belo Horizonte, cuja solicitação foi encaminhada ao Patrimônio Cultural de Belo Horizonte e segue sob análise. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 06/06/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).